




CÔAVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

N.º 13 • ANO DE 2011



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

CÔAVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

N.º 13 • ANO DE 2011

Trabalho coordenado por
JOSÉ MANUEL COSTA RIBEIRO
ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

Foto da capa:

Foz do Rio Côa de José Ribeiro

Composição e impressão:

Côa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. – V. N. de Foz Côa

Depósito Legal n.º 121116/98

ISBN 978-972-8763-23-7

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
2011

Índice

Prefácio	5
Introdução.....	7
Um olhar sobre o Vale do Côa	9
A rocha gravada de Redor do Porco. Um novo sítio com arte paleolítica de ar livre no rio Águeda (Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo)	15
Hacia la etapa de esplendor de Foz Côa	21
O valor de uso turístico do Património Arqueológico: arqueologia, turismo e sustentabilidade no Vale do Côa	25
Aspectos etnográficos da cultura tradicional da amêndoa no Douro Superior.....	35
O cortejo alegórico/etnográfico, como factor de socialização e de dinamização do tecido social.....	47
Prémio Fundação Ilídio Pinho “Ciência na Escola” Esc. Secundária Tenente Coronel Adão Carrapatoso V. N. Foz Côa em destaque ...	53
Arquivo de memória do Vale do Côa.....	57
Sentimentos – momentos vários	69
O princípio do fim dos comboios na nossa região	73
O encanto das amendoeiras em flor.....	77
Ao correr da pena – memórias e sonhos literários	81
Um sonho interrompido e alguns rudimentos de literatura ibérica.....	83
A tecnologia têxtil.....	85

A construção do caminho-de-ferro e a polémica acerca da localização das estações na última secção: no Côa e na Olga, ou apenas nas Pariças?	109
A républica vista de longe	119
Projecto de criação de núcleos museológicos e/ou centros de interpretação nas áreas dos concelhos de Mêda e V. N. de Foz Côa	127
Trabalhos arqueológicos em Castanheiro do Vento – intervenção de 2010	149

O valor de uso turístico do património arqueológico: arqueologia, turismo e sustentabilidade no Vale do Côa

JOSÉ PAULO FRANCISCO*

Resumo

Turismo e património arqueológico podem formar uma relação, na qual o primeiro se estabelece como valor fundamental que permite uma reconversão da arqueologia como Tecnologia, para a produção e gestão do património arqueológico.

O uso do património arqueológico como uma atracção para os visitantes e turismo, para consumo social, é essencial para o desenvolvimento de novos modelos turísticos (turismo rural e cultural) uma vez que promovem uma aproximação entre o público e o património arqueológico e são de crucial importância para o futuro de certas áreas deprimidas e de baixa densidade. Neste sentido o turismo rural e cultural surge como o promotor de uma rentabilização sócio-cultural do património arqueológico.

Palavras-chave: Património arqueológico, Turismo, Inovação Social

Abstract

Tourism and archaeological heritage can form a relationship, in which the former establishes itself as a use value that allows a reconversion of archeology as a Techno-Science, to be defended in current times for the production and management of the archaeological heritage.

The use of archaeological heritage as an attraction for visitors and tourism for social consumption are essential for the development of new touristic models (rural and cultural tourism) that promote an approximation between the public and the archaeological heritage and as such the latter can be of crucial importance for the future of depressed areas that have little density and a rural and cultural tourism arises as a promoter of social-cultural exploitation of archaeological heritage.

Key words: Archaeological heritage, Tourism, Social Innovation

1. INTRODUÇÃO

A região do Vale do Côa – um caso expressivo de despovoamento do interior – é um território marcadamente rural, de baixa densidade, com uma estrutura etária duplamente envelhecida e sem atractivos para a fixação de jovens activos qualificados.

Entendemos que o caminho do desenvolvimento das sociedades actuais – cada vez mais homogeneizadas – passa pelo aproveitamento e diferenciação das potencialidades humanas e materiais e das especificidades do território, através da valorização dos recursos endógenos, numa perspectiva integrada e sustentável e consideramos que as marcas de ocupação humana deste território plasmadas no acentuado ruralismo da paisagem e as tradições culturais, representam a forma de caracterizar e diferenciar a região, devendo por isso ser preservadas e revitalizadas, contando ainda o território em estudo, com um recurso que permitirá valorizar e potenciar os restantes: um importante Património Arqueológico (*Parq*).

O interesse pela análise do impacto económico da cultura nasceu nos Estados Unidos, na década de setenta e foi introduzido na Europa nos anos oitenta do Sec. XX, mas em Portugal só recentemente se começou a destacar o papel da cultura, como motor de crescimento económico e foi o interesse pelos aspectos económicos da cultura e a procura de resposta para a questão – o que significa para a região e para os seus habitantes, este Património ímpar, melhor dizendo de que forma pode o *Parq* alavancar o crescimento integrado das actividades económicas e assumir-se como catalisador e polarizador

* Arqueólogo.

do desenvolvimento de toda a região assente no conceito de “multifuncionalidade da paisagem”, a motivação que originou este estudo.

Neste sentido, a nossa proposta que se insere no campo analítico da economia da cultura (mais concretamente no terreno da economia do património histórico), tem por objectivo fundamentar uma proposta de gestão turística do património arqueológico (turismo arqueológico), num exemplo emblemático do *Parq* mundial, a arte rupestre paleolítica do Vale do Côa que possa servir de apoio à definição das estratégias de gestão do parque arqueológico enquanto destino turístico e a proposta de um novo modelo de gestão.

Assim como fundamentar a ideia de que a arqueologia pode exercer um importante papel no processo de desenvolvimento sócio-económico local, através do seu entendimento como uma prática social contemporânea que visa produzir discursos acerca dos processos sociais do passado criando valores no presente, através da apropriação social dos mesmos. Desta forma propomos o desenvolvimento de uma Arqueologia Patrimonial que tenha como objectivo a formação do conceito de património arqueológico, enquanto construção social, cujo horizonte principal é a sua socialização e valorização.

A Arqueologia Patrimonial trata da gestão integral do património arqueológico, e pretende uma maior integração do *Parq* no processo de desenvolvimento sustentável a nível local. O arqueoturismo constitui um veículo principal para atribuir à arqueologia esta participação, através de modelos de gestão do *Parq* que visem a integração destas potencialidades (desenvolvimento turístico/desenvolvimento local sustentável), através da apresentação de produtos culturais e turísticos.

2. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (P.A.V.C), aberto ao público em 1996 é a entidade gestora de um importante património natural e cultural, a quem compete para além da ges-

tão, a protecção, a musealização e a organização para visita pública da arte rupestre do Vale do Côa, classificada como Monumento Nacional em 1997 e integrada em 1998 na Lista de Património Mundial da UNESCO.

A sua génese esteve associada à aplicação de uma estratégia de desenvolvimento, através do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA), mas passados todos estes anos o P.A.V.C ainda não existe como entidade de gestão territorial, pelo que não possui um Plano Especial de Ordenamento que deverá assumir-se, como um plano chave para o desenvolvimento territorial.

Assim, pretendemos identificar as linhas de força da gestão actual do Património Cultural (PC) na área do P.A.V.C, para numa análise prospectiva mostrar a mudança necessária ou como se poderá produzir uma criação de sentido consensual e negociada e geradora dum Património Público.

2.1. Caracterização económica do território

A região do Vale do Côa (objecto de estudo) é um território de baixa densidade, onde o envelhecimento e a evolução negativa da população residente (agravada a partir da década de 70 do século passado), os baixos índices de produtividade e de empreendedorismo, aliados ao incontestável défice de capital humano e de “massa crítica”, patente na preponderância de trabalhadores não qualificados, provocaram o aumento do desemprego e da pobreza na região.

Como contraponto, o território dispõe de um património arqueológico de inestimável valor; desde logo, a maior concentração de arte rupestre paleolítica de ar livre do mundo que conjugada com o acervo de monumentos medievais, com um património natural preservado de incomensurável beleza em contexto de ruralidade e de tradicionalidade que lhe determinam uma forte identidade, pode constituir o motor, para o arranque duma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável, assente na valorização dos recursos endógenos e no binómio turismo-património.

Sendo a competitividade territorial, a capacidade de um território realizar de forma mais eficiente o que todos os outros fazem, ou ter potencialidades para fazer bem, o que mais nenhum consegue realizar, é nosso entendimento que este património de excepção que tem sido deficientemente reconhecido, pouco visitado e insuficientemente explorado, (o que se traduz na baixa densidade turística em termos de capacidade de alojamento e de ocupação, na excessiva dependência do turismo nacional e na fraca capacidade de atracção de turistas estrangeiros, bem como na baixa média de duração das estadas), poderá tornar-se no “recurso de excelência” para a diferenciação competitiva.

Intrinsecamente ligada ao sector cultural, encontra-se a “fileira do turismo cultural” e ainda que o turismo não possa ser encarado como o único “caminho para o desenvolvimento”, mas apenas o seu ponto de partida, ou uma das suas componentes (e no caso em concreto) privilegiadas, este é indubitavelmente um sector capaz de dinamizar o mercado de trabalho e de gerar sinergias multiplicadoras no sector dos serviços, ligados às actividades artesanais e à produção e comercialização de produtos regionais, bem como à recuperação das festividades e artefactos tradicionais.

Mas, dada a recente emergência de uma consciência ambiental e patrimonial, de novos critérios de bem-estar e de uma noção de desenvolvimento sustentável assente no local e no respeito pelos desejos e anseios das comunidades, consideramos fundamental atender às suas necessidades e prioridades, concedendo às populações residentes um papel activo na definição das estratégias de desenvolvimento a adoptar, porque não concebemos um desenvolvimento contra as pessoas e porque não há, não pode existir uma rentabilidade social da gestão do património arqueológico se este não trazer um benefício tangível para os habitantes locais.

Neste sentido, consideramos de vital importância a divulgação junto das comunidades locais dos resultados da investigação arqueológica realizada sobre a evolução das paisagens sociais deste território, para que se desenvolva o pro-

cesso de apropriação individual e colectiva e se fomenta o sentimento de identidade e de pertença a um passado comum e a um futuro promissor que enquadrando-os e motivando-os, na preservação das suas origens culturais, ambientais e sociais plasmadas no seu património, os transforme de agentes passivos, em agentes activos e participantes no processo de desenvolvimento sustentável e sustentado.

2.2. A nossa actividade: o património arqueológico

Entendemos o património arqueológico como uma construção cultural, tendo em vista a introdução na sua gestão da Cadeia de Valor do Património Arqueológico (da investigação à construção participativa do *Parq*) que é uma sequência de instâncias que intervêm no processo de gestão integral do *Parq*.

Desta forma, consideramos que para que um objecto possa ser considerado bem patrimonial, deve ser o resultado final da implementação das sucessivas fases da Cadeia de Valor:

1. Documentação;
2. Significação;
3. Avaliação;
4. Conservação;
5. Valorização;
6. Recepção.

A Cadeia de Valor do Património Arqueológico é, paralela à Cadeia de Valor da Ciência-produção – transferência, difusão e serviços técnicos – e tem por objectivo criar uma Tecnociência (arqueologia patrimonial), como forma de acesso cognitivo ao mundo que não se limita, a analisar a realidade e a gerar um conhecimento auto-suficiente, mas pretende antes, construir e transformar a realidade através da sua plena inserção no sistema produtivo.

A nossa concepção de cultura como um sistema integrado de técnicas, e os seus “objectos materiais”, (a que nos referimos como cultura material), os quais através da Cadeia de Valor do Património Arqueológico e da reconfiguração da arqueologia como tecnologia para a gestão

integral do *Parq* (neste sentido a arqueologia é entendida como ciência na sua dimensão epistemológica, como técnica que implica processos instrumentais e como tecnologia que se constitui como um saber-fazer), pretendemos integrar no sistema produtivo através da produção de recursos culturais que possam converter-se em produtos turísticos, e que contribuam na área geográfica em análise, para o desenvolvimento de um território rural de excelência paisagística.

Na última década o conceito de Património tem sido objecto de reformulações e face ao conceito moderno que o entende como factor de identidade colectiva, aparece uma interpretação social do Património Cultural e propostas que vão de encontro a pressupostos do tipo económico. Por exemplo a Organização Mundial do Turismo (1993), define património turístico como o “conjunto potencial, conhecido ou desconhecido dos bens materiais ou imateriais à disposição do homem e que podem utilizar-se mediante o processo de transformação, para satisfazer as suas necessidades futuras”.

Desta forma, o património arqueológico não apresenta apenas um valor simbólico-significativo e formal, mas possui um valor de uso, satisfazendo portanto uma necessidade material, de conhecimento ou desejo. Do ponto de vista económico, o valor de uso é a chave para uma oferta e procura do *Parq*, uma vez que o cidadão-utente não requer um bem patrimonial em particular, mas sim o conjunto de valores e serviços que lhe estão associados que vão desde a estética, à educação, valor social como marca de identidade e o valor económico que inclui os ingressos directos e indirectos (uso dos serviços de ócio e turísticos relacionados com o património arqueológico).

Neste contexto, a relação entre os bens culturais públicos e o Estado tem, segundo Ballart (1997) duas leituras distintas:

- 1) Uma interpretação que nega o papel da economia, nos assuntos relacionados com os bens culturais e que é a base conceptual do modelo tradicional que delega este domínio administrativo aos técnicos, que não recebem uma dotação económica su-

ficiente para realizar a sua conservação e divulgação e é o modelo existente no caso em análise, onde a gestão se realiza de forma totalmente pública.

- 2) Uma nova visão que partilhamos e que considera os bens culturais, como uma categoria económica, sujeita a algum tipo de intervenção por parte do Estado e que utiliza a palavra recursos culturais em detrimento de bens culturais, dando lugar a uma gestão público-privada que pode ser considerada de “democrático-utilitária”, com uma ordem de prioridades a nível das políticas públicas que valoriza os bens culturais e os transforma em recursos culturais que coloca à disposição da sociedade, através do resultado de uma dinâmica criada pelas políticas públicas de Património Cultural, com a participação da sociedade e resultantes de um consenso social.

Pautamos a nossa acção, pelos princípios da Carta de Bruxelas, relativos ao papel do Património Cultural na economia, subscrita pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico I.P. (IGESPAR), no dia 30 de Junho de 2009, dos quais destacamos, os seguintes pontos:

1. O PC tem um papel essencial e intrínseco, e deve ser considerado como um activo não renovável que tanto a Administração como os cidadãos, devem conceber como um direito fundamental para o seu bem-estar e desenvolvimento;
2. Partindo desta perspectiva, é necessário por em marcha uma estratégia de socialização dos valores do PC, que desde as primeiras etapas deverá estar presente em todos os níveis educativos, de forma a ganhar o necessário reconhecimento e acessibilidade universal, aos bens e serviços que integram o sector da cultura;
3. As actividades destinadas à conservação, restauro e gestão dos bens culturais que integram o PC, constituem uma rede de elementos capazes de dinamizar a economia;

4. Este sector económico constitui-se, como alternativa a outros modelos preponderantes e é capaz de criar emprego estável, especializado, de qualidade e não deslocalizável, e estas políticas económicas configuram-se como um investimento público e privado de elevado índice de rentabilidade social;
5. É necessário reconhecer o impulso que estas actividades exercem no avanço da I+D+I, tanto através das novas tecnologias aplicadas à conservação, restauro e divulgação do PC, como do esforço para construir novos modelos sustentáveis e eficientes, para a sua gestão;
6. O PC, constitui um valioso e insubstituível recurso, como elemento dinamizador das cidades e dos territórios, capaz de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, de catalisar os investimentos e a criação de marcas-território, especialmente necessário para o desenvolvimento dos territórios periféricos e afectados por processos de despovoamento.

Para tal, defendemos a necessidade de definir critérios comuns de medição do impacto social e económico do investimento público-privado em património arqueológico, visando a análise dos resultados a curto, médio e longo prazo para poder comparar a evolução dos resultados dos mesmos, ou seja com base nos princípios da Carta de Bruxelas, devem estabelecer-se indicadores que quantifiquem os pontos anteriormente referidos, visando alcançar critérios de sustentabilidade económica, social e ambiental na gestão do *Parq*.

No caso do Parque Arqueológico do Vale do Côa (P.A.V.C), nosso âmbito territorial de estudo, defendemos a necessidade de reorientar a sua gestão, com base num conceito de Património Integral, ou seja para nós o Património Cultural é meta-cultural, incluindo o Património Natural, constituindo-se também como uma definição prospectiva, pois não existe ainda uma aproximação ao Património deste tipo, sendo esta noção ampliada, algo que queremos construir.

Para tal propomos, a criação de uma estratégia de gestão do património arqueológico na área em análise que contemple, a comunicação e divulgação pública dos valores obtidos através das intervenções público-privadas realizadas e dos indicadores da sua influência na economia local, de forma a implicar na gestão do *Parq* os sectores beneficiados de forma directa pelo mesmo, permitindo de igual modo a quantificação da repercussão do investimento em *Parq*, em matéria de emprego criado, tanto directo como indirecto ou induzido, permitindo determinar o valor agregado ao território, através do desenvolvimento de programas de intervenção no património arqueológico.

2.3. O valor de uso turístico do património arqueológico

O valor de uso turístico do património arqueológico é precedido do seu valor formal, pelo que para que possa existir uma gestão turística do *Parq*, deve realizar-se anteriormente uma “patrimonialização” das materialidades culturais pretéritas que não constituem um recurso turístico em si mesmo, para que apenas através da Cadeia de Valor do Património Arqueológico, possam posteriormente ser geridas e incorporadas pelos agentes (públicos ou privados), no mercado turístico.

A revalorização e gestão turística do património arqueológico requerem, a sua integração num projecto cultural (processos de patrimonialização) no qual a oferta, em função da implementação do Método de Valoração Contingente (MVC), esteja relacionada com o desejo dos cidadãos-utentes. Esta é, muito positiva para os territórios desde que se deva ter sempre em conta, a fragilidade dos recursos culturais e a necessidade de um controlo e gestão local desses recursos, e deve ser planeada com base em princípios éticos, no sentido de que a regulação das actividades turísticas esteja condicionada pela conservação do *Parq* sem impactos nocivos, sobredimensionamento da capacidade de acolhimento ou banalização do seu uso público e neste sentido, consideramos imprescindível a

intervenção técnica de especialistas, na gestão turística do *Parq.*

Os seus eixos fundamentais devem ser, a adequada apresentação e interpretação do património arqueológico que tem por base a visita, como uma nova fórmula de prática cultural (Moser, 1994). O turismo apresenta-se, como um meio efectivo para a promoção social do *Parq.*

Ruiz Baudrihayé (1997) resume em cinco aspectos, o processo de desenvolvimento da gestão turística do Património Cultural:

1. Prioridade do elemento de conservação sobre o comercial;
2. Análise rigorosa da viabilidade do projecto e gestão sustentável dos produtos de turismo cultural;
3. Planificação integral, especialmente urbanística;
4. Compensações fiscais;
5. Participação da população.

O ICOMOS (1990) refere a prioridade que deve dar-se a longo prazo, aos interesses dos residentes e da sua vida quotidiana quando se planeiam Programas de Desenvolvimento Turístico e neste sentido, a participação dos cidadãos na reorganização dos fluxos turísticos, na criação de programas de emprego, na protecção do meio ambiente e na imagem dos territórios, deve ser efectiva.

É determinante que a opinião pública perceba que os benefícios do turismo geram valor à comunidade local no seu todo e não apenas, aos proprietários dos estabelecimentos e empresas turísticas. Um turismo respeitador do meio ambiente, da natureza, do património, da cultura e cujos benefícios se distribuam por todos, deve ser o modelo a desenvolver na área do Vale do Côa.

3. PLANO DE ORDENAMENTO DO TURISMO NO P.A.V.C SEGUNDO A CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NOS ESPAÇOS PROTEGIDOS

Sendo o uso público nas áreas protegidas, um fenómeno em crescimento e constituindo o

turismo uma das principais actividades nesses espaços, a planificação e o ordenamento são fundamentais para garantir que o impacto ambiental exercido, não comprometa a sustentabilidade das actividades humanas.

Apesar de estarmos conscientes que o aumento do número de visitantes e a pressão exercida pelo desenvolvimento turístico, pode constituir uma ameaça, acreditamos que o turismo pode contribuir para a conservação do património e para o desenvolvimento sustentável, ao gerar valor para o PAVC e para as comunidades locais.

O desafio que se nos coloca, é assegurar que o turismo nesta área seja bem gerido e sustentável, constituindo a Carta Europeia do Turismo Sustentável nos Espaços Protegidos, de iniciativa da Federação EUROPARC (organização não governamental de reconhecido prestígio que agrega, instituições e organismos responsáveis pela gestão de espaços e que trabalha, numa das suas linhas, na integração harmoniosa do turismo e da conservação), uma importante ferramenta para ganhar este desafio.

A Carta Europeia é um programa de boas práticas, relacionadas com o turismo sustentável nas áreas protegidas e pretende ser um compromisso contratual voluntário, entre os gestores destas áreas e os empresários turísticos que estimule, o desenvolvimento do turismo na gestão destes espaços. Neste sentido, pode ser uma referência, para que tanto os gestores de áreas protegidas, como os operadores e empresas do ramo possam desenvolver um turismo de qualidade, sustentável e rentável, na região do Vale do Côa que permita, a redução maximizada dos impactos negativos que esta actividade possa vir a exercer sobre o meio ambiente, bem como sobre a qualidade de vida dos seus habitantes e para que a implementação de um Plano Estratégico de Promoção Turística do Vale do Côa (em fase de execução pela Associação de Municípios do Vale do Côa), aumente os benefícios do turismo sobre o território.

Sendo o turismo sustentável “qualquer forma de desenvolvimento, equipamento ou actividade turística que respeita e preserva a longo prazo os recursos naturais, culturais e sociais e que

contribui de forma positiva e equitativa para o desenvolvimento económico e plenitude dos indivíduos que vivem, trabalham ou realizam uma estadia nos espaços protegidos” (EUROPARC Federation 1999:1), o objectivo é promover, um desenvolvimento económico e social equilibrado a longo prazo que assegure a protecção do meio ambiente, do ponto de vista geográfico e ético, da qualidade de vida e da satisfação das empresas turísticas.

O instrumento a utilizar para atingir este objectivo, deve ser um programa de actuações a serem desenvolvidas a cinco anos, elaborado e aprovado por todas as partes implicadas, tanto do sector público como privado que materialize a estratégia para alcançar um turismo sustentável, ou seja uma estratégia e um programa de actuação, para desenvolver o território de forma harmoniosa. A aplicação na área em estudo, da Carta Europeia do Turismo Sustentável, deve ter como objectivo a viabilização da actividade turística e dos seus benefícios, tanto para a área protegida como para os operadores turísticos, na missão de proteger este território sensível através de uma forte cooperação entre os gestores da área protegida, os profissionais do turismo e os habitantes e da responsabilização dos visitantes, através da adopção do Código de Conduta e Boas Práticas dos visitantes em áreas protegidas.

Esta estratégia assenta em quatro objectivos fundamentais:

- Conservação e valorização do Património;
- Desenvolvimento social e económico;
- Melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais;
- Gestão dos fluxos de visitantes e aumento da qualidade da oferta turística.

Deve portanto, elaborar-se um diagnóstico do território do Vale do Côa e da actividade turística que deverá ser aceite, pelos diferentes parceiros e implementado através de um Plano de Acção que terá como benefícios a sua distinção a nível europeu como território, que:

- Contribui para o turismo sustentável;
- Impulsiona o desenvolvimento sustentável no seu território;

- Favorece um desenvolvimento sócio-económico que respeita o ambiente;
- Desenvolve os produtos locais de qualidade;
- Proporciona uma maior implicação dos profissionais do turismo nas políticas da Área Protegida;
- Cria e apoia actividades, eventos e pacotes turísticos que visem a interpretação da natureza e do património;
- Envolve as comunidades locais no planeamento do turismo na região;
- Assegura um bom diálogo entre a área protegida, os habitantes locais e os visitantes;
- Cria e apoia programas de formação para os funcionários da área protegida e para as empresas do sector turístico.

4. CONCLUSÕES

A economia da cultura é um ramo da disciplina em ascensão, desde que a cultura, a conservação e a fruição dos bens culturais, passou a ser encarada, como recurso económico.

O bem cultural escolhido, foi o património arqueológico do Vale do Côa, sendo as razões básicas desta escolha, o facto de se tratar dum valor cultural acreditado, Património da Humanidade, que por se situar numa região economicamente deprimida, pode constituir-se num elemento importante de desenvolvimento turístico e cultural para todo o território.

A metodologia proposta é o Método da Valoração Contingente que apresenta boas perspectivas de utilização, na valorização económica do património arqueológico, pois ao permitir estimar o valor económico total (valor de uso e valor de não uso) do bem cultural, permite obter estimativas do valor económico, em situações de inexistência ou distorções do mercado.

Para atingir uma gestão e desenvolvimento sustentável, e transformar o Vale do Côa e nomeadamente a área do P.A.V.C., de um território com potencial turístico excepcional num destino turístico de excelência de projecção internacional, pensamos que a visão estratégica

de desenvolvimento turístico deverá assentar na concretização dos seguintes objectivos:

- Sociais: aumentar o bem-estar social, tanto dos turistas que visitam este destino turístico como dos próprios residentes através da potenciação de infra-estruturas, equipamentos e serviços público-privados.
- Económicos: aumentar a rentabilidade que gera o sector turístico dos pontos de vista do benefício empresarial, do emprego e dos efeitos sobre outros subsectores da economia da zona.
- Culturais: garantir um desenvolvimento turístico que preserve a identidade do destino e dos seus recursos autóctones.
- Ambientais: garantir um desenvolvimento da actividade turística a longo prazo compatível com a conservação dos valores ambientais do território.

A redefinição do posicionamento competitivo do Vale do Côa, deve consistir numa estratégia clara e integral de posicionamento da região, a partir de um reforço da sua identidade. Para que tal seja possível, deverá apostar-se numa linha de acção centrada na recuperação efectiva do atractivo deste espaço turístico, através da valorização dos recursos e elementos de singularidade sobre os quais se apoia este destino turístico. Ou seja, esta redefinição deverá ser fomentada, pelo desenvolvimento assente na diferença a partir do reforço da identidade deste espaço turístico, baseado no património natural, cultural e paisagístico.

Depois de identificadas as linhas de força da gestão actual do Património Cultural na area do Vale do Côa e do P.A.V.C, que nega o papel da economia nos assuntos relacionados com os bens culturais e que é o modelo existente, onde a gestão se realiza de forma totalmente pública, reivindicamos a introdução de um novo modelo de gestão público-privada, que resulte de uma nova dinâmica criada pelas políticas públicas de PC, com a participação da sociedade e resultantes de um consenso social.

Esta estratégia poderá ser a “Estratégia de Eficiência Colectiva Provere: Turismo e Patrimó-

nio no Vale do Côa”, definida pela Associação de Municípios do Vale do Côa que pretende dinamizar a actividade turística, como via de promoção e desenvolvimento económico do território do Vale do Côa e tem como objectivo principal, o incremento da competitividade através da promoção de um conjunto de projectos públicos e privados na área do turismo e património.

Tendo em conta esta estratégia de desenvolvimento, o projecto âncora deste Plano é a dinamização do Museu do Côa e a redefinição do modelo de gestão do Parque Arqueológico do Vale do Côa, que deverá considerar o Património Cultural, como activo de desenvolvimento rural.

O mercado turístico na actualidade possui como uma das suas orientações, a procura de uma relação mais activa com a cultura e os espaços naturais, o desenvolvimento do “ecoturismo”, “turismo cultural”, “arqueoturismo” proporciona o desenvolvimento de um segmento de mercado que procura algo mais que a visita a Espaços Arqueológicos Protegidos.

Esta nova orientação e diversificação da procura de serviços e produtos turísticos, proporciona uma nova perspectiva para o Vale do Côa, porque conta com uma grande diversidade natural e cultural. Neste trabalho, o Património Cultural e nomeadamente o património arqueológico é amplamente invocado na definição de uma trajectória de abordagem do desenvolvimento sustentável a nível local. Pode ser redefinido como todos os elementos tangíveis e intangíveis que contribuem para a manutenção da identidade no tempo e no espaço. E, portanto, refere-se à herança e transmissão (o tempo), mas também ao espaço em que o território pode ser considerado como um espaço de identidade.

O futuro do Vale do Côa, deve passar pela existência de um projecto para o território, em que as diferentes intervenções, possam transformar a competitividade em excelência e posicioná-lo como território rural de excelência.

O Parque Arqueológico do Vale do Côa, deve constituir-se como um instrumento de gestão do Património onde a investigação arqueológica deve ser dotada de uma projecção social e oferecer possibilidades para o desenvolvimento

local e regional através de iniciativas turísticas sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ballart, J.(1997), El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y uso, Barcelona: Ariel Patrimonio.
- Barrère, C. (2005), Reinventer le Patrimoine: de la Culture à l'Économie, Une Nouvelle Pensée du Patrimoine ?, Paris: L' Harmattan.
- Choay, F. (1988), L'Allégorie du Patrimoine, Paris: Éditions du Seuil.
- Cordelle, M. (1993), Economie Touristique et Patrimoine Culturel, Paris: Conseil National du Tourisme.
- Figueiredo, E.; Martins, F.(2001), Uma voz lá dentro... Expectativas, disposições e razões da população para participar no funcionamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa, in Revista Crítica de Ciências Sociais (59), pp.145-171.
- François, H ; Senil, N. (2006), Territoire et patrimoine: la co-construction d'une dynamique et de ses ressources, in Revue d'Economie Régionale et Urbaine(5), pp. 683-700.
- Greffe, X., (1990), La Valeur Économique du Patrimoine: La Demande et l'Offre de Monuments, Paris: Editions Anthropos.
- Greffe, X., (1999), La Gestion du Patrimoine Culturel, Paris: Editions Anthropos.
- Julian, X., (2006), La Place du Patrimoine dans les Projects de Développement Territoriaux. Première Analyse des Dossiers de Candidature des «Pôles d'Excellence Rurale», Grenoble: Institut de Géographie Alpine.
- Lara, J., (2004). Valoración Económica del Patrimonio Cultural, Gijón: Ediciones Trea.
- Prats, L., (1997), Antropología y Patrimonio, Barcelona: Editorial Ariel.
- Pedersen, A, (2002), Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage site managers, Paris: UNESCO World Heritage Centre.
- Moser, F., (1994), Monuments historiques et tourisme culturel. Quel projet pou quels publics, in Cahiers Espaces(27), pp.23-27.
- Pérez, L., (1999), "El turismo cultural y medio ambiente: valoración económica de los Parques Naturales", in Simposio Internacional de Turismo Cultural, Valladolid: Fundación Patrimonio Histórico Artístico de Castilla y León, pp.225-246.
- Ruiz Baudrihaye, J., (1997). El turismo cultural: luces y sombras. Estudios Turísticos (1344), pp. 43-54.